

NADA MAIS PATRIÓTICO DO QUE SALVAR A ECONOMIA

Jacir J. Venturi

Estabelecer prioridades, num país com forte demanda em todos os setores, é uma tarefa hercúlea para qualquer governante.

Para Washington Luís (presidente do Brasil de 1926-30) “governar é abrir estradas”. Juscelino Kubitschek (de 1956-61), com seu ímpeto desenvolvimentista, apregoava “50 anos de progresso em 5 de governo”. “Tudo pelo social” era o bordão de José Sarney (de 1985-90).

Quatro presidentes marcaram a sua gestão pelo combate à inflação: Wenceslau Brás (de 1914-18), Castello Branco (de 1964-67), Fernando Henrique Cardoso (de 1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Com prevalência na ortodoxia monetária – sem congelamentos, pajelanças –, Pedro Malan e Antônio Palocci merecem um lugar de destaque no panteão da pátria. Envolto por políticos em sua maioria míopes e reivindicadores, foram alvos da incompreensão, isolamento e agressões. Com determinação, equilíbrio, serenidade, espírito de equipe, conduziram as metas fiscais por trilhas pedregosas para fazer frente aos fortes solavancos da ilógica economia brasileira, a economia do “enfarte e da loucura”, que se contrapõe à oferta e à procura.

Fernando Henrique Cardoso, que ocupou a Pasta antes da Presidência, se faz oportuno: “Políticos e empresários pensam que o Ministério da Fazenda é um pátio dos milagres. Enganam-se: é um vale de lágrimas. Eles entram chorando, mas eu choro mais do que eles”. Mais hilária é a tirada do Prof. Gama e Silva: “No fim do dia, um ministro da Fazenda precisa de uma dose de um bom uísque e de um adulador contumaz ao lado”.

Pândegas à parte, na macroeconomia são indispensáveis resultados positivos quando se almeja justiça social e desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo. Em contrapartida, não há como negar o sacrifício que está sendo imposto às empresas e às populações de média e baixa renda devido à elevada carga tributária.

Há muitos políticos, e até empresários, que advogam um pequeno aumento da inflação para que haja a retomada do crescimento. É um grande risco para uma economia com forte tendência a recaídas. Uma analogia etílica é pertinente: após um período de abstinência, permita a um ex-alcoólatra algumas pequenas doses... Ninguém segura mais!

Austeridade fiscal para manter a sanidade da moeda: eis a receita imprescindível, porém amarga para o mandato de um governante. Este conforta-se com o dever cumprido e com o julgamento da posteridade. Sim, a História – essa “juíza imparcial” – repara injustiças, mas tem o péssimo hábito de andar tão devagar que raramente alcança em vida esses devotados estadistas.

O controle inflacionário é uma condição necessária, embora não suficiente, para a promoção da cidadania e manutenção do poder de compra da população menos esclarecida e mais carente. Nos 25 anos que precederam o Plano Real, houve um verdadeiro massacre social consentido: inflação de quase 1 quatrilhão por cento. E os mais pobres, não tendo conta em banco, não podiam usufruir dos benefícios da correção monetária. A estes, desumana e iníqua é a perda do poder aquisitivo dos salários.

O Brasil não é um país pobre, e sim injusto. Fruto da incúria administrativa e do descontrole dos gastos públicos, merecemos mais uma taça, só que uma taça de chumbo: desigualdade social. Parafraseando Dante, os piores lugares do inferno deveriam ser reservados aos governantes populistas e gastadores, pois geram miséria e infelicitam uma nação. Aristóteles já advertia que “a demagogia é a perversão da democracia”.

Os nossos sacrossantos fundamentos econômicos e democráticos estão passando por uma prova de fogo. Mas cremos que o Brasil sairá desta crise mais fortalecido. São dores do ritual de passagem para a maioridade.

Jacir J. Venturi

Diretor de escola, professor da UFPR por 25 anos e da PUCPR por 11 anos. Cidadão Honorário de Curitiba. Autor dos livros *Álgebra Vetorial e Geometria Analítica e Cônicas e Quádricas*.

Site: www.geometriaanalitica.com.br